

# Espaço fiscal para políticas de proteção social sensíveis às crianças na região MENA

Carolina Bloch, Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo (IPC-IG)

**As políticas de proteção social podem ajudar** a enfrentar a natureza multifacetada da pobreza infantil, bem como contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças, especialmente nos campos de educação, saúde e nutrição. Disponibilizar proteção social adequada às crianças é especialmente relevante no Oriente Médio e norte da África (*Middle East and North Africa* — MENA), dado que a pobreza infantil multidimensional ainda se configura como um dos maiores problemas da região. Ademais, uma grande parcela da população da região MENA irá alcançar sua idade mais produtiva, abrindo caminho para um dividendo demográfico. Tal transição demográfica apresenta uma oportunidade única para crescimento econômico na região, em decorrência da sua proporção maior que a média de adultos em idade produtiva.

Atualmente, o escopo e a adequação dos sistemas de proteção social da região ainda são limitados. Os países da região MENA vêm tradicionalmente instituindo subsídios universais e esquemas de seguridade social contributivos e, apesar de reformas recentes no setor não contributivo, os programas correntes passam longe de fornecer cobertura a todas as crianças em situação de dificuldade. Comparada com outras regiões no mundo, tais como a América Latina, na região MENA os gastos públicos em proteção social — especialmente com crianças — são muito baixos.

Contudo, a proteção social requer custeio. Portanto, a necessidade de se expandir a proteção social sensível às crianças leva ao questionamento acerca de como os países poderiam financiar tal expansão nos gastos. A análise dos diferentes contextos sociais e possibilidades na região MENA conduzida em Bloch et al. (2019) levou à conclusão de que o potencial fiscal nos países da MENA é resultado principalmente de uma troca dos gastos (dando maior prioridade ao gasto social, em relação aos subsídios e gastos militares), de uma reconsideração da política fiscal, indo na direção de um sistema tributário mais progressivo e eficiente, e, em grau menor, de uma melhoria na gestão das dívidas.

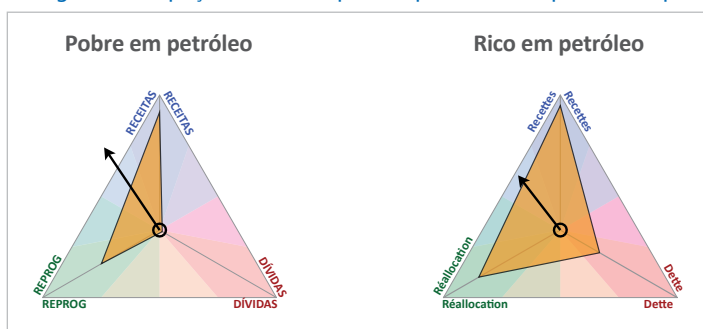
De maneira ideal, os países devem favorecer opções para criar espaço fiscal que garantam tanto a estabilidade macroeconômica quanto investimentos contínuos na proteção social. Porém, diante da diversidade de contextos macroeconômicos na região, alguns países podem contar mais com dada opção que outras. Por exemplo, pode ser que países de baixa renda considerem a Assistência Oficial ao Desenvolvimento ou o financiamento de sua dívida como as únicas opções disponíveis para financiar a proteção social no curto prazo. Países ricos em petróleo, tais como os membros do Conselho de Cooperação do Golfo, poderiam se concentrar na diversificação de recursos domésticos como um caminho para expandir seu espaço fiscal, visto que dependem muito da renda do petróleo. Outros países que já apresentam altos níveis de tributação e dívidas poderiam explorar a redefinição das prioridades para liberar recursos para a proteção social. Cada opção, portanto, deve ser considerada e adaptada cuidadosamente aos contextos específicos de cada país.

A Figura 1 ilustra essas conclusões. Mostra os triângulos de espaço fiscal para países ricos e pobres em petróleo,<sup>1</sup> fornecendo uma representação visual de quanto esses países podem financiar a proteção social por meio da mobilização de receitas domésticas, financiamento de dívidas e reprogramação dos gastos.<sup>2</sup>



**FIGURA 1**

Triângulos de espaço fiscal: exemplos de países ricos e pobres em petróleo



**Referência:**

BLOCH, C.; BILO, C.; HELMY, I.; OSORIO, R.; SOARES, F. V. *Fiscal space for child-sensitive social protection in the MENA region*. Brasília: Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo e UNICEF, 2019.

**Notas:**

1. Na versão completa deste relatório (BLOCH et al., 2019), essas figuras estão disponíveis para 17 países na região MENA.
2. O indicador para cada dimensão do triângulo é um escore entre 0 e 1, computado para dar uma ideia do potencial de cada país para aumentar seu espaço fiscal por meio daquela opção específica. A aresta das "receitas" é mensurada usando as receitas advindas dos impostos como uma porcentagem do produto interno bruto (PIB); a aresta "dívida" utiliza as dívidas como proporção do PIB; e a dimensão "reprogramação" é fundamentada nos gastos do país em subsídios de energia como porcentagem do PIB.